

SOBRE A IMAGEM DO PODER E A AUTORIDADE DO ESTADO

(BASES PARA UMA DISCUSSÃO)

Versão 2

Nota prévia:

Com vista a facilitar a discussão entende-se que o documento deverá ser iniciado por uma introdução que realce as considerações de enquadramento básicas feitas durante a reunião do Conselho Nacional.

Seguidamente apresenta-se a identificação dos principais problemas que influem negativamente na imagem do poder. Intencionalmente e por razões óbvias, abstém-se, por regra, de se assinalar a fenomenologia dos problemas e as suas causas, tanto mais que nem as manifestações dos problemas nem as suas causas resultaram claras e pacíficas no debate. Fica pois em aberto para discussão o esclarecimento da fenomenologia dos problemas e das suas causas concretas.

No terceiro momento são apresentadas propostas de medidas que se querem decorrentes dos problemas identificados e de uma ideia ainda que difusa das causas (a pré-compreensão destas).

1. INTRODUÇÃO

• A imagem do poder (poder organizado horizontal e verticalmente, central e localmente) depende de vários factores de que se pode salientar:

a) O desempenho do poder - a eficácia e a eficiência dos seus componentes ou «elos da cadeia».

b) Da representação natural que as pessoas se dão do poder; (Transição de uma concepção de poder para outra concepção de poder; do poder autoritário para o poder democrático)

c) Da representação criada por adversários do poder (aqueles que querem ser poder)

d) Mensagens externas (provenientes de escolas, dos meios de comunicação e da luta ideológica a nível internacional).

e) Nível de consciência das populações (valores e espírito de cooperação com as autoridades; critérios de estabelecimento dos objectivos, das exigências e dos benefícios; critérios de avaliação do desempenho do poder).

f) Intensidade e qualidade da comunicação social e particularmente da comunicação política (acção política, acção social, acção sócio-educativa) e da animação social (extensão urbana).

2. QUESTÕES IDENTIFICADAS E QUE INFLUEM NEGATIVAMENTE NA IMAGEM DO PODER

2.1. - Problemas gerais

a) Insuficiências na tomada e aplicação de decisão

	• sua preparação (assessoria qualificada e fundamentação da decisão)
fraqueza	• lentidão na tomada de decisão (receio do erro e das consequências; fraqueza da assessoria técnica)
dos	
órgãos	• Deficiência na sua aplicação
de	• tolerâncias populistas
concepção	• inobservância atempada de críticas e informações dos cidadãos e das organizações sociais

b) Certo desfazamento entre o discurso - a realidade e a prática.

c) Falhas a diversos níveis na coordenação e sincronização de actividades das várias estruturas do poder com base nos programas aprovados.

d) Assunção insuficiente das funções de direcção (concepção, execução, coordenação, controlo, avaliação etc).

e) Comportamento de solidariedade de certos dirigentes para com subordinados "indefensáveis".

f) Desequilíbrio entre a concepção de medidas estratégicas e a resolução concreta e pontual de problemas correntes do quotidiano.

g) Insuficiências na animação social e descoordenação da acção dos seus agentes principais.

h) Erosão na participação popular e solidariedade social.

i) Exodo rural e concentração nas cidades, particularmente na Praia.

Fenomenologia: Sangria de forças produtivas e culturais no campo

- aumento da população urbana e consequente diminuição da população rural
- ruralização da cidade
- quebra de laços inter-pessoais
- aumento de exigências às autoridades (urbanismo, saneamento, saúde, educação, justiça, ordem Pública)
- aumento da conflitualidade social
- Diluição dos vínculos caracterizadores da comunidade municipal particularmente na Praia
- deficiência do saneamento do meio
- deficiência no abastecimento de água às populações

Causas imediatas

- seca
- recursos financeiros e política de investimentos
- acção cultural deficiente
- fraqueza do Poder Local para responder adequadamente às necessidades básicas da população.
- maior complexidade da gestão administrativa, económica e social; instabilidade de quadros; alienação (tendência para transposição de normas oriundas de outros países e realidades em detrimento de uma atitude de investigação e valorização da experiência nacional).

j) Sistema de referência de valores pouco centrado na realidade do país.

- permeabilidade a valores estranhos dessadaptados ao nível de desenvolvimento sócio-económico do país.
- elementos caracterizadores de prestígio social incompatíveis com os recursos nacionais.
- dificuldade na apreensão da realidade (espaço físico, social e demográfico).

- inadequação entre as opções as dimensões física e demográfica e bem assim entre os recursos humanos e financeiros.

2.2. Problemas relativos ao sistema da Administração da Justiça e Ordem Pública

- 2.2.1. Insuficiente capacidade de resposta dos elementos do sistema de administração da justiça e de protecção da ordem Pública.
- 2.2.2. Deficiências em matéria de recursos humanos nos tribunais.
- 2.2.3. Instalações inadequadas para os tribunais.
- 2.2.4. Fraqueza em matéria de recursos humanos na polícia.
- 2.2.5. O problema de enquadramento da polícia judiciária.
- 2.2.6. Carências materiais e humanas dos TZ e insuficiente acompanhamento deles.
- 2.2.7. Articulação entre a administração da justiça e segurança e ordem pública.
 - falta de magistrados judiciais em certas Ilhas
 - [deficiente] articulação entre o Ministério Público e a polícia de ordem pública
 - ausência de uma polícia judiciária na dependência do Ministério Público
 - insatisfatório relacionamento entre a Polícia de ordem Pública e as Milícias Populares e entre essas e os TZ

2.3. Problemas relativos ao Poder Local

- 2.3.1. Orgânica, financeiros, em matéria de serviços e recursos humanos.
- 2.3.2. Carências materiais e humanas das CM e insuficiente acompanhamento delas por parte dos órgãos municipais.
- 2.3.3. Insuficiente articulação das CM com os serviços desconcentrados do Estado (nomeadamente nas áreas de

